

ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA TERCEIRA LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 03 DE OUTUBRO DE 2001.

Aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e um, às dezenove horas e quarenta minutos, reuniu-se ordinariamente o Poder Legislativo, em sua Sede, sob a Presidência da vereadora Lori Magdalena Messer, estando ainda presentes os seguintes edis: Paulo Antônio Medtler, Ricardo Trierweiler, Angelino Ferreira Neckel, Airton José Weber, Luiz José Spaniol, Dário José Kuhn, Adelar Henrique Schmitt e José Lauri Brill. A Presidente declarou aberta a Reunião, e solicitou de imediato, ao Secretário da Câmara, servidor Cesar Alberto Karling, a procedência da leitura da Ata da reunião ordinária anterior. Procedida a leitura, colocou-a em discussão, sendo que ninguém se manifestou. Passando-se à votação da mesma, foi aprovada por unanimidade. Em continuidade passou-se a leitura da **CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA**, onde constavam: Da Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa a programação do VI(sexto) Seminário “Saúde, um bem que se quer” – A violência é uma questão de saúde pública. Do Deputado Federal Aécio Neves, o ofício SGM/Pnº1167, informando que estava tramitando na Câmara dos Deputados a Proposta de Emenda à Constituição nº222(número duzentos e vinte e dois) de 2000(dois mil), do Senhor Deputado Juquinha e outros, que dava nova redação ao artigo 145,(cento e quarenta e cinco) inciso II(segundo) e §2º(parágrafo segundo), da Constituição Federal. Da Delegações de Prefeituras Municipais o programa do curso sobre IPTU: Planta de Valores, Progressividade e Diferenciação de Alíquotas, a realizar-se no dia 05(cinco) de outubro de 2001(dois mil e um). Do Poder Executivo Municipal, o ofício: Of.Cam.Nº071.Gab/2001(ofício Câmara número zero setenta e um ponto gabinete barra dois mil e um) encaminhando o Projeto de Lei que criava o programa de atendimento ao agricultor, estabelece normas para realização de serviços com máquinas e equipamentos agrícolas móveis do Município e dava outras providências. Da Comissão Geral de Pareceres o Of.nº002/CGP/2001(ofício número zero zero dois barra dois mil e um) solicitando que fosse publicado convite, em jornal de circulação local, dirigido à população lucenense, para a audiência pública visando discutir o Projeto de Lei que dispunha sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2002(dois mil e dois). Do vereador Airton J. Weber o Of.nº040/AJW/2001(ofício número zero quarenta barra dois mil e um), solicitando que fosse colocada sob apreciação plenária, e se recebido voto favorável da maioria, encaminhada ao Poder Executivo Municipal, a Indicação de Nº027/2001(número zero vinte e sete barra dois mil e um), que seguia em anexo. Da vereadora Lori M. Messer, o Of.nº016/LMM/2001 (ofício número zero dezesseis barra dois mil e um), solicitando que após apreciação plenária, fossem encaminhadas ao Poder Executivo Municipal, as Indicações de Nº006/2001(número zero zero seis barra dois mil e um) e Nº007/2001(número zero zero sete barra dois mil e um), que seguiam em anexo. Da Assembléia Legislativa do Estado, os jornais Diário da Assembléia, de números: nº7878, nº7879, nº7880 e nº7881.

No momento, como se fazia presente a Secretária da Saúde do Município, Senhora Maria Beatris Weber Enzweiler, com o intuito de apresentar o relatório do segundo trimestre da gestão da saúde, convidou-a a Presidente da Mesa para a explanação. Apresentou a Secretária, relatório da gestão da saúde, destacando os recursos aplicados nos devidos setores, a origem desses e o saldo em caixa. Também apresentou relatório dos serviços prestados na Unidade Sanitária e demais Casas de Saúde com as quais o Município mantinha convênio e atendimentos nos hospitais de Porto Alegre. Ao final de sua explanação colocou-se a Secretária a disposição dos edis para maiores esclarecimentos. Agradeceu a Presidente da Mesa Diretora, a exposição dos dados e colocou a Câmara de Vereadores a disposição da Secretaria da Saúde. Em continuidade passou-se às **EXPOSICÕES PESSOAIS**. Expôs a Presidente da Mesa Diretora, que nenhum edil havia se inscrito para usar da palavra neste espaço, e portanto passaria-se, de imediato, à apreciação das proposições apresentadas. Pediu ao Secretário da Câmara, servidor Cesar Alberto Karling, que procedesse a leitura das mesmas na medida em que fossem apreciadas. Iniciando o Secretário da Câmara, pela leitura da Indicação de N°027/2001(número zero vinte e sete barra dois mil e um), apresentada pelo vereador Airton J. Weber, dirigida ao Poder Executivo Municipal. Por meio desta, indicou a instalação de placas junto a Rua Presidente Lucena, próximo à Rua Mem de Sá, visando identificar a localização da Casa Mortuária. Colocada em discussão, comentou a Presidente da Mesa Diretora, que também estava apresentando proposição com o mesmo conteúdo. Expôs também, que conversara com o Prefeito sobre a questão e que esse lhe informara que já havia sido mandado confeccionar as referidas placas, mas que não estavam prontas. Disse que era necessário que tivesse as placas para que as pessoas de outros municípios soubessem localizar a Casa Mortuária. Passando-se à votação do encaminhamento, foi o mesmo aprovado por unanimidade. Em continuidade procedeu o Secretário da Câmara, a leitura da Indicação de N°006/2001(número zero zero seis barra dois mil e um), apresentada pela vereadora Lori M. Messer, dirigida ao Prefeito Municipal. Por meio desta indicou estudo visando ampliação da cobertura frontal da Casa Mortuária. Colocada em discussão, comentou a vereadora Lori M. Messer, que achava necessária a ampliação, pois que na Casa Mortuária não havia aquele espaço e em dia de chuva seria importante. Comentou que talvez poderia ser estudada ampliação do telhado na parte da frente. Destacou que não seria sempre que choveria quando alguém fosse velado, mas que acontecera na presente semana e portanto seria importante a ampliação. Passando-se à votação do encaminhamento da Indicação, foi o mesmo aprovado por unanimidade. Observou a Presidente da Mesa, que a Indicação N°007/2001(número zero zero sete barra dois mil e um) de sua autoria, apresentava o mesmo conteúdo da Indicação proposta pelo vereador Airton J. Weber, cujo encaminhamento havia sido aprovado anteriormente, e portanto esta seria encaminhada também em apoio. Em continuidade passou-se para a **DISTRIBUIÇÃO DE PROJETO**. Sendo entregue à Comissão Geral de Pareceres o Projeto de Lei N°029/2001(número zero vinte e nove barra dois mil e um), que criava o programa de atendimento ao agricultor, estabelecia normas para realização de

serviços com máquinas e equipamentos agrícolas móveis do Município e dava outras providências. Em seguida, passou-se para a **ORDEM DO DIA**. Pediu a Presidente da Mesa Diretora ao Presidente da Comissão Geral de Pareceres, vereador Ricardo Trierweiler, que apresentasse parecer ao Projeto de Lei Nº028/2001(número zero vinte e oito barra dois mil e um) que autorizava o Poder Executivo a firmar convênio com o Hospital Municipal de Novo Hamburgo, visando atendimento médico/hospitalar à população do Município de Presidente Lucena, e dava outras providências. Procedendo dessa forma o Presidente da Comissão. No parecer a Comissão se manifestou favorável, considerando a importância dos serviços médico/hospitalares que a entidade prestava à população. Colocou a Presidente da Mesa Diretora, em discussão o Projeto. Indagou o vereador Luiz J. Spaniol, se além dos R\$1.090,00(um mil e noventa reais) haveria outros gastos com as internações. Respondeu a Presidente da Mesa Diretora que achava que não, mas para ter certeza, pediu à Secretária da Saúde que esclarecesse a dúvida. Manifestou-se a Secretária da Saúde, dizendo que não haveria nenhuma despesa além do valor especificado no Projeto. Comentou o vereador Adelar H. Schmitt, que a única coisa que o referido Hospital não oferecia através do convênio era leito disponível. Disse que achava que os leitos eram oferecidos conforme tivesse vagas, não tendo leito específico, reservado, por meio do convênio. Sendo informado pela Secretária que realmente não havia reserva de leito. Observou o vereador Adelar H. Schmitt, que seria fundamental que fosse oferecido leito, pois que conforme os relatórios, os casos de internações de munícipes eram poucos, sendo somente uma ou duas ao mês, e portanto poderia constar no convênio a reserva de vagas, ou ao menos uma preferência, pois que sabia que era difícil visto que a referida Casa estava sempre lotada. Destacou a Secretária da Saúde, que todos eram bem atendidos no referido Hospital e o fato de possuir convênio, abria com mais facilidade algumas portas. Comentou o vereador Ricardo Trierweiler que haveria certa prioridade. Expôs a Secretária da Saúde, que todo mundo era atendido no Referido Hospital, e que o Município de Novo Hamburgo investia muito dinheiro, além de ser referência em neurologia, traumatologia e neonatal. Observou no instante, a Presidente da Mesa Diretora, que tratava-se do mesmo convênio já existente, só que havia mudado a razão social do estabelecimento de saúde em questão, e por isso precisava ser feito novo convênio. Passando-se à votação do Projeto de Lei, foi o mesmo aprovado por unanimidade. Em seqüência, passou-se para o período do **GRANDE EXPEDIENTE**, onde estava inscrito o vereador Luiz José Spaniol. Considerando o mesmo, concedeu-lhe a Presidente da Mesa Diretora, a palavra. Fazendo uso da palavra, cumprimentou os nobres colegas vereadores, a Presidente da Mesa Diretora, Secretários municipais presentes e demais munícipes. Após, comentou que desejava falar um pouco sobre os políticos de nosso querido Brasil. Disse que a corrupção a nível nacional havia chegado ao máximo, com coisas lamentáveis acontecendo no País. Comentou que o caso do Senador Jader Barbalho do PMDB, estava provado que era corrupto, que havia roubado, e que agora havia renunciado para depois voltar a política como se nada tivesse acontecido. Pois se lançaria de novo candidato no Estado dele, o Pará, podendo se tornar senador ou governador, pois que as pesquisas indicavam que estava em primeiro

lugar, o que era lamentável. Disse que a lei deveria ser mudada, fazendo com que em casos como esse, o corrupto perdesse seus direitos políticos por 20(vinte) anos. Expôs também o vereador Luiz J. Spaniol que o Presidente da República, na presente semana, aplicaria mais um golpe, aumentaria o preço dos combustíveis. Disse que não sabia-se o porquê, pois que o petróleo a nível internacional havia baixado de preço e que 80%(oitenta por cento) do consumido no Brasil, era aqui produzido, e dessa forma não sabia-se por que aumentavam o preço. Ainda disse que tirava dinheiro do povo para mandar para o FMI. Comentou também, que aqui no Rio Grande do Sul havia uma oposição radical, que inventava uma CPI onde investigava até a sogra do Olívio, Governador, mas que nada havia sido encontrado até o momento. Referente a fidelidade partidária, disse que era lamentável ver alguns políticos do Rio Grande do Sul, assim como de todo Brasil, agirem que nem macaco, pulando de galho em galho, quando um partido ficava fraco pulavam para outro, sempre buscando vantagens. E, expôs, o vereador Luiz J. Spaniol, o caso do Britto, que estava de volta ao cenário político. Disse que o Britto era um lobo vestido de carneiro ou cabrito, como quisessem. Que havia privatizado, vendido, e endividado o Estado e hoje o povo gaúcho pagava a conta, no que se referia a questão da CEEE e da CRT. Observou o vereador Luiz J. Spaniol, que havia trabalhador de fábrica que recebia R\$200,00(duzentos reais), R\$300,00(trezentos reais) por mês e que pagava R\$60,00(sessenta reais) a R\$80,00(oitenta reais) de energia elétrica. E que a mesma coisa acontecia com a taxa do telefone, que era de R\$3,00(três reais) a R\$4,00(quatro reais) e que hoje passava de R\$20,00(vinte reais). Ainda expôs, que o Britto se aliara ao Ciro, político construído pela mídia, e que nesse caso já se sabia no que daria. Disse que chegariam no poder, e pobre do povo brasileiro que novamente ficaria só na esperança. Concluída a manifestação do vereador Luiz J. Spaniol, expôs a Presidente da Mesa Diretora, que era um direito do vereador fazer sua colocação. Observou a Presidente da Mesa Diretora, que só para lembrar, se a eleição fosse na presente semana, o Britto estaria em primeiro lugar. Manifestou-se o vereador Luiz J. Spaniol dizendo que poderia estar em primeiro lugar, mas que em segundo estavam o Olívio e o Tarso e se juntassem forças, passariam a frente. Destacou a Presidente da Mesa, que era somente uma colocação, pois que se a eleição fosse nessa semana, daria Britto, e que isso era política. Disse o vereador Luiz J. Spaniol que ainda havia muita campanha pela frente. Referente a troca de partido, disse a Presidente da Mesa que o vereador Fortunati também havia trocado, e que cada partido tinha seu grupo. Observou o vereador Luiz J. Spaniol, que mesmo tendo o referido vereador saído de seu partido, era contra isso, pois que o mesmo fizera isso porque visava vantagens. Disse que o vereador Fortunati quisera ser candidato a senador, e como não haviam lhe dado essa vaga, entrara em outro partido. No momento, expôs a Presidente da Mesa, que não havia sido aceita a posição do Fortunati, enquanto estivera no Partido, e que não aceito da forma como deveria, mudara, da mesma maneira que o Britto, e que cada um tinha o seu lado, o que era normal. Como mais nada houvesse para ser deliberado, agradeceu a Presidente da Mesa Diretora, à Secretária da Saúde Beatris a explanação, a presença do Secretário da Agricultura, Secretário da Administração,

Suplente de Vereador Jaime Heilmann e munícipes, e declarou encerrada a Reunião, convocando a seguinte, em caráter ordinário, para o dia 10(dez) de outubro, do corrente ano, às dezenove horas e trinta minutos no mesmo local. E, para constar, Cesar Alberto Karling, Secretário da Câmara, elaborou a presente Ata, a qual após lida e aprovada será subscrita pelo Secretário e Presidente da Mesa Diretora.

---

SECRETÁRIO

---

PRESIDENTE